

## RESPOSTA DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO – SANTANDER

**Processo Administrativo nº0037/2025**

**Pregão Presencial nº 02/2025**

**Assunto:** pedido de esclarecimento quanto ao Edital e Termo de Referência

A Pregoeira da Fundação do ABC, vem responder ao pedido de esclarecimento, apresentado pela Instituição Financeira **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**, inscrita no CNPJ sob o n.º 90.400.888/0001-42, encaminhado no dia 16/05/2025, através do e-mail: [comissaodelicitacao@fuabc.org.br](mailto:comissaodelicitacao@fuabc.org.br), atentando ao estabelecido nas normas do edital.

Previamente, há de se esclarecer que o referido pedido de esclarecimento não tem efeito de recurso. Portanto, não há que se falar em efeito suspensivo. Tem a Pregoeira nesta fase processual, todos os poderes para averiguação de quaisquer contestações que se façam ao texto editalício e seus anexos, decidindo sobre cada caso, conforme a legislação pertinente.

Quanto ao requisito de admissibilidade, cabe ressaltar que este foi apresentado dentro do prazo estabelecido em Lei.

### DO QUESTIONAMENTO DA EMPRESA

A Instituição Financeira, **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** inscrita no CNPJ sob o n.º, 90.400.888/0001-42 em seu pedido de esclarecimento, apresentou o quanto segue:

- 1) Considerando que a modelagem de operações voltadas ao processamento da folha salarial ao Setor Público consideram a condição exclusiva do banco contratado na prestação dos serviços em pauta, pergunta-se: está correto que o futuro contrato contará com cláusula de exclusividade na prestação dos serviços voltados ao processamento da folha salarial da Fundação ABC?
- 2) Quais os CNPJs serão envoltos pelo futuro contrato? Pedimos especificar a razão social e CNPJ de cada pessoa jurídica abrangida pela presente licitação, bem como indicativos objetivos relacionados a quantidade de pessoas lotadas em cada CNPJ

- 3) Considerando reflexos decorrentes da pergunta anterior para fins de formação do quadro de empresas que participarão da fase de lances verbais, pergunta-se: a) haverá critério de classificação e “corte” de empresas que participarão da fase de lances verbais? Qual o critério a ser aplicado?; b) caso sejam negativas as respostas trazidas ao item “a”, todos os licitantes serão classificados para a fase de lances, independentemente dos valores originalmente constantes em suas propostas?
- 4) Em relação ao item 2.1 do Termo de Referência, pergunta-se: está correto que os valores decorrentes da interpretação do dispositivo em pauta envolvem o volume financeiro a ser processado mensalmente? Está correto que o dispositivo não está relacionado ao prêmio pela preferência bancária ou qualquer outra forma de remuneração devida pelo banco contratado a Fundação ABC?
- 5) Considerando preceitos relacionados a objetividade e eficiência do futuro contrato e de suas respectivas cláusulas e condições, aliado a vinculação estrita aos termos do edital (que condicionam a administração pública a seguirem de forma estrita as regras por ela definidas no edital), há que se destacar a subjetividade atrelada as condições de pagamento, haja vista que o item 12.1 do Termo de Referência evidencia risco de não garantirem a quantidade mínima de colaboradores prevista em edital em momento anterior a assinatura do contrato, ou seja, em momento que antecede a execução dos serviços. Diante dos riscos decorrentes de tal insegurança e de modo a resguardar todas as partes envolvidas e os termos da proposta financeira a ser honrada, pergunta-se: está correto que o pagamento do prêmio por preferência bancária somente será desembolsado pela contratada após o primeiro processamento integral do quantitativo descrito no anexo A (qual seja: 21.641 colaboradores)? Está correto que o desembolso será realizado no prazo de quinze dias corridos após o processamento nos termos da pergunta anterior?
- 6) Em relação ao valor financeiro a ser obtido com a proposta vencedora, pergunta-se: a) o valor será rateado entre os CNPJs informados no edital ou será centralizado em único CNPJ? Qual o critério para fins de eventual rateio dos valores? b) pedimos informar os dados bancários do(s) CNPJ(s) que farão jus aos valores constantes da proposta comercial (agência, Banco e conta bancária); c) está correto que os valores da proposta comercial serão desembolsados via transferência bancária para conta de titularidade do(s) CNPJ(s) mantido(s) em banco oficial?
- 7) Em relação a condição de reequilíbrio econômico (gatilho) trazido no termo de referência decorrente do acréscimo/majoração do quadro de colaboradores em 7% (sete por cento), pergunta-se: está correto que a compensação financeira deverá ser calculada em razão de cada colaborador agregado ao contrato, de forma pró rata a razão do tempo restante de contrato e com base no valor original da proposta comercial vencedora?

- 8) Considerando que a dinâmica e modelagem do negócio envolve a prestação dos serviços por uma única instituição financeira, que atenderá todo o conglomerado e CNPJs abarcados pela Fundação ABC, se revela equivocada a dinâmica trazida no item 1.1 do Termo de Referência e demais passagens relacionadas no que concerne o estabelecimento de ordem de preferência. Pergunta-se: está correto que serão desconsideradas as passagens do edital e seus anexos que determinam o estabelecimento de ordem de preferência?
- 9) Em relação ao item 7.10 do edital, considerando preceitos de objetividade e vinculação estrita, aliado ao fato do dispositivo em pauta não fixar, com exatidão, o documento a ser apresentado, pergunta-se: está correto que a apresentação de carta exarada pelo Departamento de Organização do Sistema Financeiro (DEORF) atestando a autorização de funcionamento da instituição financeira é suficiente atender os termos do dispositivo?
- 10) Considerando o quanto determinado pelo artigo 66 da Lei federal 14.133 para fins de habilitação jurídica, que limita as demonstrações documentais a condição de existência da licitante e da autorização para exercício das atividades a serem contratadas, se revela equivocada a exigência voltada ao preenchimento do anexo IX (due diligence). Considerando o afastamento de exigências por demais de formalistas e incompatíveis com o dispositivo legal em pauta, pergunta-se: está correto que será desconsiderada a apresentação do formulário de due diligence?
- 11) Em relação ao anexo X relativo a adesão a códigos internos da Fundação ABC, considerando que as instituições financeiras estão sujeitas a regras rígidas impostas pela legislação vigente e seu ente regulador no que concerne a ética e práticas anticorrupção que, inclusive, as obrigam a elaborar e manter códigos de conduta próprios, pergunta-se: está correto que será desconsiderada a obrigação dos licitantes em se comprometerem a aderir ao código de ética da Fundação ABC? Está correto que as licitantes devem declarar apenas terem CONHECIMENTO da existência e dos termos do código de ética da Fundação ABC? Está correto que, após firmado o contrato, cada parte contratante deve apenas conhecer o código de ética da outra parte e ter a ciência de sua existência, devendo cada parte se vincular somente a seu próprio código de ética e conduta?
- 12) Tendo em vista que os pagamentos dos salários e benefícios, nos termos da Resolução 5058, do CMN-Bacen, deverão ocorrer por meio de crédito em conta salário, aderentes portanto às normas do Banco Central do Brasil, e que a abertura/movimentação da conta corrente é uma opção do servidor, todas as passagens do Edital e da minuta de contrato que mencionam que os créditos salariais e os benefícios serão pagos por conta corrente devem ser interpretados como crédito em conta salário? Sendo confirmado que se trata de conta salário, serão assegurados aos beneficiários

dos créditos apenas as gratuidades previstas na Circular BACEN nº 3.338/06 (conta salário) e na Resolução CMN nº 3.919/10 (conta corrente).

13) Está correto o entendimento de que os documentos poderão ser apresentados sem rubricas, sem numeração e sem apresentação de índice/sumário?

14) Os titulares de dados, ao utilizarem os serviços do Santander, estão sujeitos à aceitação dos Termos de Uso e Política de Privacidade do Santander. Conforme disposto na referida Política, na condição de Controlador ou Co-Controlador de dados nos termos da legislação aplicável, o Santander poderá, quando for o caso, tratar, coletar, armazenar e compartilhar com as sociedades sob controle direto ou indireto do Santander, bem como sociedades controladoras, coligadas ou sob controle comum (Sociedades do Conglomerado Santander), sempre com a estrita observância à Lei Geral de Proteção de Dados, os dados pessoais e informações cadastrais, financeiras e de operações ativas e passivas e serviços contratados para: (i) garantir maior segurança e prevenir fraudes; (ii) assegurar sua adequada identificação, qualificação e autenticação; (iii) prevenir atos relacionados à lavagem de dinheiro e outros atos ilícitos; (iv) realizar análises de risco de crédito; (v) aperfeiçoar o atendimento e os produtos e serviços prestados; (vi) fazer ofertas de produtos e serviços adequados e relevantes aos seus interesses e necessidades de acordo com o perfil do cliente e/ou de seus representantes legais; e (vii) outras hipóteses baseadas em finalidades legítimas como apoio e promoção de atividades do Santander e das Sociedades do Conglomerado Santander ou para a prestação de serviços em benefício do cliente e/ou de seus representantes legais. Ante o exposto, a Contratante está ciente de referidas disposições constantes da Política de Privacidade da Contratada, bem como de sua aceitação pelos titulares dos dados?

15) O parágrafo 1º do art. 48 da LGPD estabelece que a comunicação de incidente de segurança, que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, deverá ser feita em prazo razoável. Adicionalmente, em caso de incidentes comprovados e não presumidos, importante considerar que a ANPD estabeleceu na RESOLUÇÃO CD/ANPD Nº 15/2024 que tal comunicação, quando aplicável, deve ser realizada no prazo de 3 (três) dias úteis, após conhecimento do ocorrido. Assim, a Contratante concorda que as Partes devem observar a legislação e o prazo indicado pela Autoridade competente?

16) Na hipótese de o tratamento de dados pessoais ser embasado no consentimento, a Contratante está ciente de que é única e exclusivamente responsável pela coleta e gestão do mesmo perante os seus colaboradores?

17) Conforme estabelecido no Art. 41, § 1º da LGPD, a identidade, informações e atualizações de contato do Encarregado de Proteção de Dados estão disponibilizadas na Política de Privacidade

da Contratada, conforme link a seguir: <https://www.santander.com.br/institucional-santander/seguranca/politica-de-privacidade>.

18) A Contratante está ciente que, conforme disposto no art. 16 da LGPD, já existe a obrigação de eliminar os dados após o término do tratamento, sem a necessidade de qualquer solicitação e/ou estabelecimento de prazo e que, além das ressalvas constantes no Art. 16 da LGPD, os dados pessoais também podem ser mantidos nos casos de relação continuada da Contratada com os titulares dos dados?

19) Levando em conta o papel de Co-Controladora da Contratada, importante ressaltar que todo tratamento de dados pessoais deve ocorrer para cumprimento das disposições contratuais, devendo as Partes considerarem, quando aplicável, as demais hipóteses de tratamento previstas na Lei Geral de Proteção de Dados. Assim, indagamos se a Contratante está ciente de que a Contratada tem respaldo legal para realizar o tratamento de dados baseado nas hipóteses previstas no Art. 7º e incisos da LGPD, tais como: cumprimento de obrigação legal ou regulatória, exercício regular de direitos em processo judicial e proteção ao crédito?

20) A Contratante reconhece que a Contratada, na qualidade de Controladora ou Co-Controladora, de acordo com as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados, tem por obrigação o cumprimento de uma ordem judicial ou comunicação oficial, independente de aviso à contraparte do contrato?

21) A Contratante está ciente de que quaisquer ressarcimentos e/ou reponsabilidades devem recair apenas sobre os eventuais danos diretos e prejuízos comprovadamente causados, respondendo a Contratada na medida de sua culpabilidade e das obrigações estabelecidas pelo Contrato e pela legislação aplicável?

22) A Contratante está ciente de que cada Parte é única e exclusivamente responsável pela elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, conforme exigido pela legislação e regulamentação vigentes?

23) No que tange à Segurança da Informação, questionamos se a Contratante está ciente de que a Contratada garante possuir um programa apropriado de proteção de dados pessoais, segurança da informação e prevenção à fraude, compatível com todas as leis aplicáveis e necessidades, incluindo, mas não se limitando, a adoção de apropriadas salvaguardas administrativas, técnicas e físicas para proteger os dados pessoais contra: (i) ameaças ou riscos razoavelmente antecipáveis à privacidade, segurança, integridade e/ou de confidencialidade de dados pessoais; (ii) destruição acidental ou ilícita, perda, alteração ou divulgação ou acesso não autorizado aos dados pessoais; (iii) todas as outras formas ilegais de tratamento dos dados pessoais; e (iv) incidentes de segurança ou privacidade. Adicionalmente, em consonância com a

lei, o Santander fornece, por meio de seus canais de atendimento, mecanismos para a recepção de solicitações de direitos dos titulares de dados.

24) Questionamos se a Contratante está ciente de que não cabe à Contratada informar e/ou solicitar autorização prévia de seus clientes para realizar a contratação de suboperadores levando em conta, principalmente, o comprometimento da Contratada em:

- a) Atuar em conformidade com a Legislação Geral de Proteção de Dados e com as determinações de órgãos reguladores/ fiscalizadores sobre a matéria;
- b) Adotar as medidas adequadas e proporcionais de segurança da informação e proteção de dados a serem editadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, conforme previsto no art. 46 da LGPD;
- c) Garantir que será solidariamente responsável por qualquer descumprimento, violação, irregularidade ou ilicitude comprovada e cometida por seus terceiros contratados; e
- d) Garantir que os terceiros estarão obrigados, no mínimo, ao cumprimento das obrigações estabelecidas no Contrato firmado e na legislação aplicável.

25) A Contratada respeita e garante aos titulares de dados a possibilidade de apresentação de solicitações baseadas nos direitos elencados no Art. 18 da LGPD. Nesse passo, a Contratante está ciente de que a Contratada, na qualidade de Controladora ou Co-Controladora, deverá avaliar e responder diretamente às reclamações ou pedidos de direito de titulares?

26) A Contratante está ciente de que os bancos de dados e sistemas da Contratada são compatíveis com todas as leis aplicáveis e necessidades de uma instituição financeira, conforme determinações e orientações do Órgão Regulador do setor e que, nesse sentido, não necessariamente um banco de dados será desenvolvido em formato interoperável?

27) A Contratante reconhece que as obrigações relativas à proteção de dados pessoais permanecerão em pleno vigor enquanto houver o tratamento dos dados pessoais em razão do serviço prestado pela Contratada?

## **RESPOSTA:**

Em que pese o pedido de esclarecimento, a Fundação do ABC, representada pela Pregoeira, responde:

- 1) O contrato será de exclusividade, para os CNPJs listados. A FUABC possui contratos que utilizam o Banco do Brasil por determinação do contratante;
- 2) Abaixo CNPJs que realizam pagamento pelo Santander:

<b>CNPJ</b>	<b>UNIDADE</b>
<b>57.571.275/0001-00</b>	<b>FUABC MANTENEDORA</b>
<b>57.571.275/0004-45</b>	<b>APOIO ADMINISTRATIVO</b>
<b>57.571.275/0019-21</b>	<b>HOSPITAL PENITENCIÁRIO</b>
<b>57.571.275/0013-36</b>	<b>COMPLEXO DE SAUDE DE MAUA - COSAM</b>
<b>57.571.275/0025-70</b>	<b>COMPLEXO SÃO BERNARDO DO CAMPO</b>
<b>57.571.275/0014-17</b>	<b>COMPLEXO SÃO CAETANO</b>
<b>57.571.275/0007-98</b>	<b>FACULDADE DE MEDICINA DO ABC - FMABC</b>
<b>57.571.275/0023-08</b>	<b>REDE SÃO MATEUS</b>
<b>57.571.275/0027-31</b>	<b>ATENCAO BASICA E ATENCAO HOSPITALAR - SANTO ANDRE</b>

- 3) As regras estão contidas no instrumento convocatório;
- 4) Para fins do prêmio entendo deverá ser considerada a preferência bancária;
- 5) São 15 dias após assinatura do contrato;
- 6) Centralizado em único CNPJ, transferido para a conta mantida em banco oficial;
- 7) Está correto;
- 8) O item 1.1 do Termo de Referência define o objeto do certame, sendo certo que o critério de seleção adotado é pelo maior valor global, ou seja, a ordem de preferência na contratação se dará em relação à empresa que ofertar o maior valor para operacionalização da folha de pagamento, não havendo nenhum equívoco na dinâmica apresentada. Sugere-se, portanto, que o Edital seja analisado de forma conjunta, considerando sua disposição como um todo e não através de interpretação de forma isolada de cada item.
- 9) Sim;
- 10) O documento foi mencionado apenas para conhecimento do licitante, ele é exigido na assinatura do contrato da Instituição Financeira que vier ganhar o certame. O excesso de formalidade ou a falta do mesmo não implicará na inabilitação;
- 11) A licitante deve declarar ter conhecimento do código de conduta e ética da FUABC, o qual compromete-se a cumpri-lo durante a vigência do contrato;
- 12) Sim;
- 13) Favor atentar-se ao instrumento convocatório;
- 14) A Fundação do ABC esclarece que a existência de políticas internas próprias de segurança da informação e privacidade por parte da contratada não afasta a sua obrigação de observar, no que couber, as normas, diretrizes e procedimentos definidos



pela Fundação, na condição de controladora dos dados pessoais tratados no âmbito da execução contratual.

- 15) A Fundação do ABC esclarece que as comunicações de eventuais incidentes de segurança deverão observar a legislação aplicável e as normas vigentes que regulam a matéria.
- 16) A Fundação do ABC, na qualidade de controladora dos dados pessoais de seus colaboradores, informa que a coleta, o registro e a gestão de eventuais termos de consentimento ocorrerão na forma prevista na Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), observadas as finalidades específicas e os princípios legais aplicáveis.
- 17) A Fundação do ABC esclarece que a existência de políticas internas próprias de segurança da informação e privacidade por parte da contratada não afasta a sua obrigação de observar, no que couber, as normas, diretrizes e procedimentos definidos pela Fundação, na condição de controladora dos dados pessoais tratados no âmbito da execução contratual.
- 18) A Fundação do ABC esclarece que a eliminação ou conservação de dados pessoais após o término do tratamento deverá observar a legislação aplicável e as exceções legalmente previstas.
- 19) A Fundação do ABC reconhece que a contratada deverá observar a legislação aplicável ao tratamento de dados pessoais, inclusive quanto às hipóteses legais de tratamento e ao cumprimento de determinações judiciais ou regulatórias.
- 20) Fundação do ABC reconhece que a contratada deverá observar a legislação aplicável ao tratamento de dados pessoais, inclusive quanto às hipóteses legais de tratamento e ao cumprimento de determinações judiciais ou regulatórias.
- 21) A Fundação do ABC esclarece que a responsabilidade da contratada será apurada conforme a legislação aplicável, e que eventuais reembolsos ou reparações deverão observar os critérios legais e contratuais pertinentes.
- 22) A Fundação do ABC esclarece que a elaboração de Relatórios de Impacto à Proteção de Dados deverá observar a legislação aplicável e será de responsabilidade da parte a quem couber, conforme o contexto e a finalidade do tratamento.
- 23) JURIDICO
- 24) A Fundação do ABC esclarece que eventual contratação de suboperadores pela instituição financeira deverá ser previamente autorizada, quando aplicável, e os terceiros envolvidos deverão estar sujeitos às mesmas obrigações legais e contratuais assumidas pela contratada, inclusive quanto à responsabilidade solidária nos termos da LGPD.



- 25) A Fundação do ABC esclarece que as solicitações dos titulares de dados deverão ser avaliadas e respondidas conforme a legislação aplicável, sendo responsabilidade do controlador adotar as providências cabíveis, observada a posição das partes no tratamento dos dados.
- 26) A Fundação reitera ter ciência de que a contratada, em razão de suas atividades específicas, está sujeita à observância de normas, orientações técnicas e requisitos legais próprios do setor financeiro, incluindo as disposições do Banco Central do Brasil, cabendo à contratada garantir o cumprimento dessas normas, sem prejuízo das obrigações previstas na legislação geral de proteção de dados.
- 27) A Fundação do ABC esclarece que as obrigações relacionadas à proteção de dados pessoais deverão ser observadas enquanto perdurar o tratamento, conforme previsto na legislação aplicável.

Santo André, 12 de junho de 2025.

Tatyana M. Palma T.  
Pregoeira